



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

123

14

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 0301350-5 - Bom Conselho (Vara Única)

Agravante: Município de Bom Conselho

Advogado: Thiago Carvalho PE028507

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPULSÓRIA DE DEPENDENTE QUÍMICO. PESSOA CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. PREVALÊNCIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA E À SAÚDE. DESONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

- a) Faz-se imprescindível a internação compulsória da beneficiária, haja vista o seu grave estado de saúde, o qual tem sido prejudicial não somente à paciente, mas também a seus familiares;
- b) A garantia do direito constitucional à vida e à saúde é requisito fundamental para a existência de todos os outros direitos e, diante das atuais circunstâncias físicas e psíquicas da tóxicodependente em comento, torna-se cabível o suprimento do seu direito de locomoção em prol de seu bem-estar;
- c) O Estado tem o dever constitucional de prestar assistência à saúde da população, conforme art. 6º, *caput*, da CF, não sendo possível ao Município, abster-se da responsabilidade de cumprir este encargo;
- d) Agravo desprovido por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0301350-5, de Bom Conselho, em que figura, como agravante, Município de Bom Conselho, e, como agravado, Ministério Público do Estado de Pernambuco,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

124

14

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento ao Agravo Interposto**, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de maio de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



114

**PODER JUDICIÁRIO**

**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

14

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento nº 0301350-5 - Bom Conselho (Vara Única)**

**Agravante: Município de Bom Conselho**

**Advogado: Thiago Carvalho PE028507**

**Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo instrumental, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Município de Bom Conselho, este representado pelo seu Prefeito, Sr. Dannilo Cavalcante Vieira, em face da decisão interlocutória de fls. 17/20, prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Bom Conselho diante da Ação Civil Pública com Pedido de Liminar, de autos nº 0000182-57.2013.8.17.0300, proposta pelo então agravado, Ministério Público do Estado de Pernambuco.

O agravante relata, em sua peça recursal, o deferimento, através de decisão interlocutória, de pedido de antecipação de tutela no qual se vê obrigado à custear o tratamento para dependente químico da Sra. Marineide Vieira dos Santos na Fazenda Esperança Santa Rita, situada no município de Garanhuns/PE, mediante a internação compulsória da mesma, devendo cumprir a ordem a partir do ato intimatório da referida decisão, sob pena de multa diária de R\$500,00, na hipótese de atraso. Em sua defesa, o Município de Bom Conselho alega vício do juízo *a quo* ao deferir a tutela supramencionada, posto que o mesmo considerou ser exclusiva a responsabilidade do município em arcar com todas as despesas referentes ao tratamento da beneficiária.

Argumenta também a não possibilidade legal de responsabilidade exclusiva do agravante, visto que o artigo 196 da Lei Maior atribui tal responsabilidade ao Estado em sentido amplo, ou seja, Estado, Município e União. O litisconsórcio passivo necessário é imposição legal conforme o artigo 47 do CPC, e uma vez impugnado e não sanado, deverá ser extinto o processo por carência de ação. Porém, no caso de saneamento do vício processual em epígrafe, deverá o Estado de Pernambuco responder solidariamente com o Município de Bom Conselho pelo tratamento da requerente, devendo, ainda, o município, responder por parcela justa e proporcional à verba destinada à saúde disponibilizada pelo Poder Público Estadual, pois este dispõe de receita consideravelmente superior à sua.

Adita ainda ser indevida a decisão que imprime a responsabilidade tão somente do município em arcar com todas as despesas, pelo fato de inexistir, no Estado de Pernambuco, lei que autorize a internação



118

**PODER JUDICIÁRIO****Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco****Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

14

compulsória de dependentes químicos sem o consentimento expresso destes, ferindo, pois, o princípio constitucional da liberdade de locomoção. A norma do artigo 148 do CP tutela a liberdade física individual de locomoção, de modo que se liga diretamente à norma do artigo 5º, XV, da CF. Assim, aquele que priva a liberdade de ir e vir de outrem, mediante sequestro ou cárcere privado, sofrerá pena prevista no tipo penal supramencionado. Ou seja, expor o cidadão à privação de sua liberdade através de internação compulsória, é colocá-lo em cárcere privado, vez que feito contra sua vontade.

Assevera ademais, na hipótese de consentimento do indivíduo no encarceramento para se submeter a um tratamento psiquiátrico, não haverá de se falar em um ilícito penal, visto que a ilicitude se exclui pela anuência do ofendido, o que não é o caso dos autos. Portanto, o Poder Público não pode submeter o cidadão à internação contra sua própria vontade, sob pena de ferir a liberdade de locomoção.

Diante da decisão desfavorável, recorre agora, o agravante, apoiando os fundamentos do ato impugnado, sob os argumentos de que o direito constitucional à liberdade de locomoção da beneficiária está sendo cerceado de forma indevida, posto que não há respaldo legal no Estado de Pernambuco justificando a internação compulsória da Sra. Marineide Vieira dos Santos. Além disso, inexiste nos autos em epígrafe prova do consentimento da requerente em internar-se na Fazenda Esperança Santa Rita.

Pede, ao final, a reforma da decisão, eximindo-o da responsabilidade de internar compulsoriamente a Sra. Marineide e, liminarmente, a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, pontuando que, no caso de manutenção da decisão agravada, sujeita lesão grave do direito de locomoção da requerente, demonstrando claro desrespeito ao referido direito fundamental à liberdade.

A parte agravada, Ministério Público, em suas contra-razões, pugnou pelo desprovimento do recurso, fundamentando-se na total conformidade das provas dos autos com a decisão prolatada, a qual atende aos ditames legais e encontra-se em perfeita consoância com os princípios constitucionais. Ressalta ainda, sua legitimidade para a propositura da presente demanda, pautando-se no artigo 127, caput, da CF. Alega que nenhum paciente pode ser submetido a tratamento psiquiátrico sem seu consentimento esclarecido, salvo quando suas condições de saúde não permitirem a obtenção desta aceitação, conforme o artigo 6º da Resolução CFM nº 1.598/00. Afirma também a não existência de exercício absoluto, em nosso atual ordenamento jurídico, de direito fundamental, sendo possível a restrição do direito à liberdade, através da imposição de medidas cautelares, em face do direito à saúde.

Por fim, aduz que a Fazenda Esperança é o único local onde é disponibilizado este tipo de tratamento na região e é uma instituição mantida exclusivamente por doações, fazendo parte do rol de instituições da Igreja



119

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

14

Católica, sendo o custo do tratamento, para fins de contribuição, o valor de apenas um salário mínimo.

Instigado a se pronunciar, o Ministério Público, através de manifestação acostada às fls. 113/114, deixa de ofertar parecer sobre o mérito ante o argumento de que àquele Parquet está atuando no processo, na qualidade de parte demandante, e ora agravado, justificando, assim, a sua não intervenção.

É o relatório.

À pauta, para julgamento.

Recife, 16 de maio de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

125

14

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 0301350-5 - Bom Conselho (Vara Única)

Agravante: Município de Bom Conselho

Advogado: Thiago Carvalho PE028507

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

O recurso é tempestivo e encontra-se instruído com a documentação obrigatória, bem como com aquela essencial à compreensão da causa.

Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de mulher adulta, pobre na forma da lei, dependente de drogas ilícitas, acometida de transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de crack e ao uso de outras substâncias psicoativas.

O quadro de caos social que hoje abate o país em decorrência do uso do crack ocasiona mazelas sociais de proporções alarmantes. O próprio Ministro da Saúde admitiu que o país vive uma epidemia de crack, o qual classificou como "ferida social": famílias são dilaceradas, crianças e adolescentes são ceifados de uma existência digna, de usuários passam a ser criminosos contumazes. A violência social passa a ser uma regra, onde o medo e o pânico de usuários acometidos pela "fissura" da falta da substância praticam qualquer conduta, inclusive agredindo pais, irmãos e avós, para o saciamento do vício, requerendo reposta da saúde pública.

Não há dúvidas que o uso de substâncias entorpecentes ilícitas comprometem não só a saúde física do indivíduo mas também sua saúde mental. Não raras vezes, o usuário gera para si e para os que estão à sua volta situação de risco que reclama uma imediata atuação estatal, em aplicação aos preceitos constitucionais de direito à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e **recuperação** (CF/1988, art. 196).

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

126

14

I - a execução de ações:

[...]

d) de assistência terapêutica integral, **inclusive farmacêutica**. (Lei nº 8.080/1990).

Discute-se, pois, sobre a premência do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, diante da comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de custeá-lo.

Efetivamente, a Lei nº 10.216/01 que revogou o Decreto nº 24.559/34, alterou, em muitos aspectos, a forma de o Estado tratar os psicopatas, doentes mentais e dependentes químicos, reformulando de maneira mais digna e eficaz o modelo assistencial em saúde mental. Destarte, a inovação legislativa assegura ampla proteção ao doente mental, especialmente no que diz com o seu tratamento médico, estabelecendo uma política de saúde mental com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Pois bem, com o advento da lei atinente à espécie, as formas de internação psiquiátricas somente poderão ser realizadas mediante laudo médico circunstanciado que caracterize, de fato, os seus reais motivos, nos termos do artigo 6º, "caput", da Lei Federal nº 10.216/01, o que não se observa nos laudos acostados nos autos, devido à resistência da beneficiária em se submeter à avaliação médica. No entanto, neste caso, o parecer do CREAS acostado aos autos, fruto de visita ao domicílio da paciente, pugnando pela internação da Sra. Marineide em clínica especializada, devido ao agravamento do seu estado de saúde, bem como as perdas econômicas e familiares, faz-se suficiente para a internação psiquiátrica pelo Estado.

Neste sentido, segue jurisprudência pátria:

**DIREITO À SAÚDE. INTERNAÇÃO HOSPITALAR PSQUIÁTRICA COMPULSÓRIA. PESSOA MAIOR USUÁRIA DE DROGAS. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DO PODER PÚBLICO DE FORNECÊ-LA. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORIA PÚBLICA. DESCABIMENTO.** 1. Ainda que os efeitos da tutela pretendida tenham sido antecipados e que aparentemente não se mostre necessária nova internação, tais fatos por si só não acarretam a perda do objeto. Inteligência do art. 273 do CPC. 2. **Tratando-se de pessoa usuária de drogas e também agressiva e violenta, é cabível pedir aos Entes Públicos a sua internação compulsória e o fornecimento do tratamento de que necessita, a fim de assegurar-lhe o direito à saúde e à vida.** 3. Os entes públicos têm o dever de fornecer gratuitamente o tratamento de pessoa cuja família não tem condições de custear. 4. Há exigência de atuação integrada do poder público como um todo, isto é, União,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

127,

14

Estados e Municípios para garantir o direito à saúde. 5. É solidária a responsabilidade dos entes públicos. Inteligência do art. 196 da CF. 6. É descabida a condenação do Município a pagar honorários para a Defensoria Pública, pois não pode ser imposto a um ente público o encargo de subsidiar o funcionamento de outro, ainda que em razão de sucumbência em processo judicial. Recurso do Estado desprovido e provido em parte o recurso do Município. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70047967773, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 25/05/2012). (Grifei).

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Não há, atualmente, em nosso ordenamento jurídico, exercício absoluto de direito fundamental, posto que são inúmeras as situações em que um ou mais direitos conflitam-se entre si e resultam na prevalência de um direito sobre o outro. Debate-se, pois, acerca da primazia do direito constitucional à saúde e à vida ou do direito da liberdade de locomoção. Ora, sabe-se que não é possível tratar de nenhum direito sem antes garantir a vida, ou seja, a existência do indivíduo, sendo esta requisito essencial para o surgimento e subsistência de todos os outros direitos fundamentais.

Nesses termos, tendo em vista a grave condição de saúde da Sra. Marineide e as inúmeras perdas materiais e afetivas sofridas pelos seus familiares, faz-se necessário o suprimento de sua liberdade de locomoção em prol de seu direito constitucional à saúde e à própria vida.

Neste sentido, jurisprudência pátria:

**"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPULSÓRIA DE DOENTE MENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PESSOA INTERDITADA. CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. INDICAÇÃO MÉDICA DE TRATAMENTO HOSPITALAR EM UNIDADE PSIQUIÁTRICA. PREVALÊNCIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA E À SAÚDE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES DE DIREITO PÚBLICO NA EFETIVAÇÃO DE PRESTAÇÕES POSITIVAS NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA. INTERNAÇÃO PELO SUS. NA AUSÊNCIA DE VAGA JUNTO À REDE PÚBLICA IMPÕE-SE O CUSTEIO DE LEITO NA REDE HOSPITALAR PRIVADA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA AÇÃO A MERECER INTEGRAL CONFIRMAÇÃO. APELAÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

128

14

**DESPROVIDA. POR MAIORIA.** (Apelação Cível Nº 70026501882, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 12/08/2009)." (grifo nosso)

A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social.

A Lei nº 8.080/90 disciplina o Sistema Único de Saúde, atribuindo aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, a prestação dos serviços de saúde à população, podendo o cidadão escolher por aquele que venha prestar a assistência à sua saúde. Desse modo, não há de se falar em desoneração do Município acerca da responsabilidade de arcar com as custas do tratamento da beneficiária.

Quanto ao pedido de chamamento do Estado de Pernambuco à demanda, este deve ser pleiteado primeiramente ao juízo de 1º grau para que, na hipótese de ser entendido procedente o requerimento, o mesmo efetue a citação do Estado. O juízo de 2º grau não pode suprimir o poder de decisão sobre esta temática, pelo fato de não haver proferimento de decisão, nos autos, sobre o tema em tela.

É da letra da lei (artigo 273 do Código de Processo Civil) que: "*O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança das alegações e: I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II - fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.*"

Do teor da norma supra transcrita conclui-se que a antecipação dos efeitos da tutela final requer que o Magistrado, à vista de prova inequívoca, se convença da verossimilhança do alegado e, verifique a existência do perigo da demora acaso o provimento desejado não seja antecipado, seja por receio de dano reparável ou de difícil reparação.

Analisando o plexo probatório coligido no pedido em apreciação, entendo presentes os pressupostos genéricos e específicos para a concessão da liminar.

Não é difícil constatar, também, a presença do *periculum in mora* (a manutenção do *decisum a quo*, com risco de dano irreparável à saúde da beneficiária). Cumpre registrar, não há o risco de se criar situação fática irreversível, ante a circunstância do provimento liminar a ser outorgado. Penso que, numa situação assim, não seria próprio cogitar-se a respeito de utilidade, para o provimento a ser entregue no final. Tem-se que a busca pela entrega da prestação jurisdicional deve ser prestigiada pelo magistrado, de modo que o cidadão tenha cada vez mais facilitada, com a contribuição do Poder Judiciário, a



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

129

14

sua atuação em sociedade, quer nas relações jurídicas de direito privado, quer nas de direito público.

Acrescento que prejuízo irá ter a requerente e seus familiares se não lhe for deferida a liminar, haja vista que estará sendo usurpado, com a cumplicidade do Poder Judiciário, o direito constitucional à saúde.

Ante o exposto, voto pelo **não provimento** do presente recurso, mantida a decisão recorrida em sua integralidade.

É como voto.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator